ENTRELUGAR

TURISMO E PRODUÇÃO DO ESPAÇO EM MOÇAMBIQUE: CASO DA ZONA COSTEIRA DE INHAMBANE

TOURISM AND PRODUCTION OF THE SPACE IN MOZAMBIQUE: CASE OF THE COASTAL ZONE OF INHAMBANE

TOURISME ET PRODUCTION DE L'ESPACE AU MOZAMBIQUE: LE CAS DE LA ZONE CÔTIÈRE D'INHAMBANE

José Júlio Júnior Guambe[1]
Faculdade de Ciências da Terra e Ambiente – Universidade Pedagógica - Moçambique
jjjguambe137@gmail.com
jjjguambe137@yahoo.com.br

Resumo: Dadas as suas características físico-geograficas e sócio-culturais, Moçambique constitui um espaço favorável e atrativo ao consumo pelo turismo, dominado a partir de 1992 por grandes investimentos de capital estrangeiro, sendo a zona costeira de Inhambane (ZCI) uma das áreas preferênciais dentro do contexto geográfico local, nacional e internacional. Todavia, no geral o nível de vida da população do país e da ZCI é muito baixo, possibilitando assim, uma coexistência de duas formas de produção do espaço, uma cuja mediação é dada pelo consumo, associada ao turismo, e a outra relacionada à subsistência, constituída pela comunidade residente. O objectivo desta pesquisa geográfica é analisar o desenvolvimento do turismo na ZCI, evidenciando os conflitos decorrentes do encontro, no território, de formas não apenas distintas, mas contraditórias de uso e apropriação do espaço, ambas expressões do processo conflituoso e contraditório de produção do espaço. É um estudo qualitativo, baseado na revisão bibliográfica e documental e no trabalho de campo. Os resultados do estudo dão indicações da existência de conflitos inter e intrassociais decorrentes da fraca inserção da comunidade anfitriã na atividade e à perda da posse da terra por parte desta, devido a sua ocupação, principalmente por agentes turísticos para a

[1] Professor do Departamento de Geografia da Faculdade de Ciências da Terra e Ambiente - Universidade Pedagógica, Doutorado em Geografia.

construção de infraestruturas e consequentemente a sua privatização para uso exclusivo do turismo.

Palavras-chaves: Turismo, Produção do espaço, Conflitos, Zona Costeira de Inhambane

Abstract: Given his physical-geographical and partner-cultural characteristics, Mozambique constitutes an favorable and attractive space for consumption by the tourism, dominated since 1992 by big foreign investments of capital, with Inhambane's coastal zone (ZCI) being one of the preferred areas by the local, national and international geographical place context. however, in general the level of life of the population of the country and from ZCI is very low, enabling, a coexistence of two forms of production of the space, one whose mediation is to consumption, associated to the tourism, and the other related to the subsistence, constituted by the community resident. The objective of this geographic research is to analyze the development of the tourism in the ZCI, evidencing the conflicts arising from the meeting, in the territory, of forms not only distinct, but contradictory of use and appropriation of the space, both expressions of the process of conflict and contradiction of production of the space. It is one qualitative study, based in the bibliographic review, documentary and on the work on field. The results of the study give indications of the existence of conflicts inter and intra-social arising of the weak insertion of the community hostess in the activity and to the loss of the possession of the land by them, due it's occupation, mainly by tourist agents for the construction of infrastructure and consequently the privatization for exclusive use of the tourism.

Key words: Tourism, Production of the space, Conflicts, Zone Coastal of Inhambane

Résumé: Compte tenu de ses caractéristiques géographiques et socioculturelles, le Mozambique s'avère un espace favorable et attrayant à la consommation touristique, dominé depuis 1992 par d'importants investissements de capitaux étrangers, étant la zone côtière d'Inhambane (ZCI) l'une des zones privilégiées dans le contexte géographique local, national et international. Cependant, le niveau de vie de la population du pays et de la ZCI est en général très faible, ce qui permet la coexistence de deux formes de production de l'espace, dont les médiations de l'une sont assurées

par la consommation, associée au tourisme, et de l'autre liée à la subsistance, constituée par la communauté résidente. L'objectif de cette recherche géographique est d'analyser le développement du tourisme dans la ZCI, en mettant en évidence les conflits issus de la rencontre sur le territoire non seulement de formes d'utilisation et d'appropriation de l'espace distinctes mais contradictoires, constituant tous les deux des expressions du processus de la conflictualité et contradiction de la production de l'espace. Il s'agit d'une étude qualitative, basée sur une revue bibliographique et documentaire et un travail de terrain. Les résultats de l'étude montrent l'existence de conflits inter et intrasociaux résultant de la faible insertion de la communauté d'accueil dans l'activité et à la perte de propriété foncière par celle-ci, due à l'occupation, principalement par des agents touristiques pour la construction d'infrastructures et par conséquent leur privatisation à l'usage exclusif du tourisme.

Mots-clés: Tourisme, Production de l'espace, Conflits, Zone Côtière d'Inhambane

INTRODUÇÃO

O turismo é um fenómeno socioespacial em franca expansão no mundo contemporâneo, fruto das grandes e aceleradas transformações provocadas pelo processo de globalização, como produto do desenvolvimento do capitalismo que para a sua realização quebra barreiras e ultrapassa todo o tipo de obstáculos. Por conseguinte, Moçambique não está à margem, e por isso, não foge à regra. Dadas as suas características físico-geograficas e sócio-culturais, constitui-se num espaço favorável e atrativo ao seu consumo pelo turismo, sendo a Zona Costeira de Inhambane uma das áreas preferênciais dentro do contexto geográfico local, nacional e internacional.

É neste contexto que se desenvolve o presente estudo, tendo como seu pano de fundo as relações desenvolvidas na Zona Costeira de Inhambane, decorrentes do consumo e produção do espaço pelo turismo a partir de 1992[2], considerando que, conforme Cruz (2009), a maior parte do turismo que se pratica no mundo, é desenvolvido em espaços previamente ocupados, ou seja, em lugares em que populações historicamente se estabeleceram e nos quais vivem suas vidas quotidianas.

[2] Ano em que foram assinados os acordos de paz em Roma, entre o Governo moçambicano e a Renamo, depois uns longos dezasseis anos de guerra

Assim, partindo do pressuposto de que a produção do espaço envolve o seu uso e apropriação, e que o turismo desenvolvido na Zona Costeira de Inhambane não é uma exceção à regra, considera-se a hipótese de que o mesmo gera conflitos inter e intrassociais decorrentes da fraca ou falta de inserção da comunidade local ou anfitriã na actividade e à perda da posse da terra por parte desta, devido a sua ocupação, principalmente por agentes do turismo e consequentemente a sua privatização para uso exclusivo desta atividade.

O principal objetivo desta pesquisa é analisar o desenvolvimento do turismo na zona costeira de Inhambane, de 1992 à 2018, evidenciando os conflitos decorrentes do encontro, no território, de formas não apenas distintas, mas contraditórias de uso e apropriação do espaço, ou seja, uma movida pelo consumo e a outra pela subsistência, ambas expressões do processo conflituoso e contraditório de produção do espaço, dominado progressivamente pela atividade turística.

Para a elaboração da presente pesquisa, utilizou-se uma metodologia de matriz geográfica e qualitativa, privilegiando alguns métodos e técnicas de coleta e análise de dados, predominantemente das ciências sociais, nomeadamente as pesquisas bibliográfica e documental e trabalho de campo, dominado pela entrevista em profundidade e pela observação direta não participante do objeto empírico de análise. Como tal, procedeu-se a recolha de informação em fontes ou instituições relacionadas à gestão dos processos ligados ao acesso, uso e aproveitamento da terra (Conselho Municipal de Inhambane, Administração do distrito de Jangamo, Posto Administrativo de Jangamo, Secretários dos bairros e líderes dos povoados), da atividade turística (Direcção Provincial de Cultura e Turismo), assim como com os agentes do mercado turísticos, membros da comunidade local e turista, posteriormente analisada e interpretada por via da triangulação.

CONTEXTO E ENQUADRAMENTO TEÓRICO

A - O desenvolvimento do turismo em Moçambique

Para um melhor entendimento do contexto em que o turismo como prática socioespacial e atividade econômica se insere em Moçambique e na Zona Costeira de Inhambane, apresentamos um breve enquadramento histórico, desde início da sua prática oficial no país.

A prática da actividade turística digna de realce, em Moçambique, é assinalada como tendo iniciada na segunda metade do século XX, precisamente a partir de 1960, tendo como principais atrativos turísticos as praias e a fauna bravia[3]. Este turismo, tal como sucede até no presente, foi desde o início dominado por turistas estrangeiros, conforme atesta Mosca, na sua obra Economia de Moçambique, século XX.

> "O turismo começa a possuir alguma importância na década dos anos de 1960. O turismo externo era sobretudo proveniente da África do Sul e da Rodésia do Sul. Era principalmente o turismo de praia, existindo ainda o cinegético (nos parques e reservas de caça - sobretudo da Gorongosa, na província de Sofala) e a pesca (principalmente nas ilhas em frente `a costa de Inhambane e no Sul de Lourenço Marques[4]). As praias de Sofala (Beira), de Inhambane, Gaza (Bilene e Xai-Xai), de Maputo e da Ponta de Outro eram as mais procuradas. Nestes locais existiam importantes complexos e instâncias turísticas. O turismo interno era praticado por uma reduzida elite e geralmente era de pequena distância e de curta instância, dirigindo se para as praias já referidas." (MOSCA, 2005, p.117)

Esta demanda de turistas estrangeiros, sobretudo dos países vizinhos, a procura das praias e do safari em Moçambique estimulou, à partida, ainda no período colonial, a produção do espaço de uso turístico através da construção de infraestruturas turísticas e de apoio em Gorongosa na província de Sofala e ao longo da costa moçambicana no geral, mas principalmente na costa de Inhambane, concretamente em Inhassoro, Vilanculos, cidade de Inhambane, Tofo, Barra, etc.

Após a independência do país, em 1975, o turismo entrou imediatamente em crise. Essa situação foi devida às seguintes razões: O abandono do país por parte de muitos portugueses, entre os quais alguns proprietários das infraestruturas de uso

[3] A economia faunística, em termos empresariais, era sobretudo de dois tipos: O turismo cinegético realizado nos parques e reservas, na Gorongosa e Maputo, por rodesianos, sul-africanos e por cidadãos de alguns países europeus (principalmente ingleses, alemães e espanhóis), e o turismo de caça, praticado por americanos, espanhóis, franceses e portugueses. Pretendia-se caçar como desporto e turismo para a obtenção de troféus, principalmente de elefantes, búfalos, leões, leopardos e antílopes.

[4] Actual Maputo

turístico, a situação política regional, e a guerra que iniciou no país um ano após a independência e que apenas terminou em 1992.

A caça nas coutadas e o turismo cinegético relacionado com a fauna bravia, que eram algumas das principais atrações até então na província de Sofala, onde se concentrava esta atividade, paralisou em consequência da guerra. O turismo de praia, dominado pelos rodesianos e sul-africanos, também, estagnou devido a situação política regional, caracterizada pelo apoio de Moçambique à luta contra o apartheid, na África do Sul e à luta pela independência na Rodésia (actual Zimbabwe), o que ditou o encerramento de fronteiras com esses dois países que eram os principais provedores dos fluxos de turistas. Apenas restou um turismo interno de praia, residual de uma minúscula elite nacional, sem expressão.

Segundo Mosca (2005), os operadores turísticos abandonaram o país e nesses casos, não houve a preocupação de manter as infraestruturas operacionais. Os parques de caça foram praticamente abandonados ou destruídos pela guerra, os safaris de caça deixaram de existir e as coutadas e respectivas infraestruturas foram igualmente abandonadas ou destruídas, as casas de praia foram nacionalizadas e ocupadas pela população, alugadas pela APIE[5]. Alguns hotéis nas cidades mantiveram-se em funcionamento e sobreviviam, sobretudo, com base nos fluxos internos, referentes às deslocações em serviço dos funcionários públicos e das empresas estatais e de cooperantes e agentes relacionados com a cooperação internacional.

Assim, segundo o mesmo autor, é fácil concluir que deixou de haver turismo, neste período, e que grande parte das infraestruturas foram abandonadas, destruídas ou utilizadas para outros fins (por exemplo as casas de praia). A riqueza faunística (a Gorongosa era um dos parques com maior concentração, quantidade e variedade de espécies no mundo) foi dizimada pela guerra e pela caça furtiva que gerou negócio de carne nas cidades (por exemplo, nos bazares da Beira, em finais da década de 1970, vendia-se carne de caça). Muitos hotéis degradaram-se, sendo o exemplo mais emblemático o Grande Hotel, na cidade da Beira. Alguns hotéis foram ocupados como residências.

[5] Administração do Parque Imobiliário do Estado.

Com a assinatura do acordo geral de paz em 1992, que ditou o fim da guerra e a abertura do país para a economia neoliberal, diante das tendências globalizantes da economia mundial, abriu-se uma nova página para o turismo moçambicano, caraterizada pela "invasão" massiva do capital privado e particularmente estrangeiro, no investimento e revitalização do turismo em Moçambique, sendo Inhambane um dos principais destinos destes investimentos na área do turismo, sobretudo para o turismo de sol e praia.

A partir desse momento, a Zona Costeira de Inhambane passou a desenvolver um turismo caraterizado por grandes investimentos na construção de infraestruturas e prestação de serviços, e passa a demandar um grande número de turistas de todos os níveis de renda.

B - Produção do espaço e Turismo

Desde que a expressão produção de espaço foi empregue pela primeira vez no século passado pelo alemão Henri Lefebvre, esta tem sido utilizada nos mais diversos sentidos e abordagens.

No âmbito das abordagens sobre a atividade turística desenvolvidas pela geografia emergem, segundo Costa, et al (2004), três linhas teóricas de maior relevância: a primeira ligada aos estudos da produção dos espaços turísticos, tendo essa atividade como uma produção económica e política; a segunda relacionada aos estudos sobre o espaço vivido dos indivíduos das áreas destinadas ao turismo, tendo esse como uma atividade impactante desse espaço e, mais recentemente, tem-se desenvolvido uma vertente ligada aos estudos sobre as representações espaciais das áreas turísticas, tendo a viagem como princípio da atividade em questão.

Este estudo sobre o turismo na Zona Costeira de Inhambane é desenvolvido seguindo a linha teórica de produção dos espaços turísticos, sustentando se nas abordagens de Henri Lefebvre, Milton Santos e Rita Cruz.

Partindo do pressuposto de que o espaço não existe em si mesmo, mas sim ele é produzido, Lefebvre, o compreende como um processo de produção que acontece em termos de três dimensões ou processos dialeticamente interconectadas. Ele designa essas dimensões ou processos de duas maneiras: de um lado, ele utiliza os três conceitos “prática espacial”, “representação do espaço” e “espaços de representação”, que estão

fundados em sua própria teoria da linguagem tridimensional. Para ele, a prática espacial, designa a dimensão material da atividade e interação sociais; a representação do espaço dá uma imagem e desta forma também define o espaço; e espaços de representação, refere-se ao processo de significação que se coneta a um símbolo (SCHMID, 2012).

Por outro lado, Lefebvre utiliza um segundo conjunto de conceitos, nomeadamente o espaço “percebido”, “concebido” e “vivido”. Estes conceitos derivam da fenomenologia francesa, especialmente de Bachelard e de Merleau-Ponty. Ele combina a perceção com o conceito de prática espacial para mostrar que a perceção não acontece apenas na mente, mas se baseia numa materialidade concreta e produzida. Da mesma maneira, entende que o vivido não pode ser compreendido historicamente sem o concebido. Para ele, o vivido, a experiência prática, não se deixa exaurir pela análise teórica (SCHMID, 2012).

Segundo o foco da teoria lefebvriana, o espaço é para ser entendido em um sentido ativo como uma intricada rede de relações que é produzida e reproduzida continuamente, o processo ativo de produção acontece no tempo. Da mesma maneira, conforme Cruz (2009), a produção do espaço, significava para Lefebvre a própria (re) produção da vida, ou seja, viver é, em síntese, produzir espaço. Neste sentido, entendemos que o turismo, como prática social produz uma rede de relações no processo ativo da sua materialização, isto é, produz o espaço.

Por seu turno, o pensamento de Milton Santos sobre a produção do espaço converge com o de Lefebvre. Para ele, segundo Cruz (2009), se o homem, pelo seu trabalho enquanto produtor, residente ou ocupante ocasional, não transmite vida à coisa, essa vida da qual somente ele é detentor, o objeto permanecerá sempre como tecnologia, e não como economia. Assim como as forças materiais naturais não se tornam produtivas senão pelo trabalho humano, tanto quanto, "não há produção que não seja produção do espaço, não há produção do espaço que se dê sem o trabalho. Viver, para o homem, é produzir espaço" (CRUZ, 2009, p.95).

A produção do espaço é, antes de mais nada, um processo social e, consequentemente, histórico, tal como coloca Santos (2008, p.109):

> "O espaço é a síntese, sempre provisória, entre o conteúdo social e as formas espaciais. Mas a contradição principal é entre sociedade e espaço, entre um presente invasor e ubíquo que

> nunca se realiza completamente, e um presente localizado, que também é passado objetivado nas formas sociais e nas formas geográficas encontradas."

O reconhecimento dessa natureza do espaço, ao mesmo tempo concreta e abstracta, está na base da definição Miltoniana de espaço: "O espaço é formado por um conjunto indissociável, solidário e também contraditório, de sistemas de objetos e sistemas de ações, não considerados isoladamente, mas como o quadro único no qual a história se dá". (CRUZ, 2009, p.96)

Em outras palavras, os sistemas de objetos e os sistemas de ações interagem. De um lado, os sistemas de objetos condicionam a forma como se dão as ações e, de outro lado, o sistema de ações leva à criação de objetos novos ou se realiza sobre objetos preexistentes. Nesta perspetiva, os centros emissores dos turistas, os corredores de deslocamento ou de transporte e os centros recetores são os fixos não estáticos, que compõem o sistema de objetos do turismo, e a comercialização, a demanda, o poder de decisão, a informação representam os fluxos do sistema de acções do turismo, ações que necessitam de fixos, como põe exemplo, postos, lojas, hotéis hospitais, etc. estabelecidos ao longo de estradas que levam a lugares turísticos, são fixos, edificados nos trechos dos fluxos. Esses sistemas correspondem a categorias analíticas internas ao espaço do turismo. É assim que o espaço encontra a sua dinâmica e se transforma.

Para o autor, os objetos são cada vez mais produtos da ação humana através do trabalho, do que naturais e seu valor no modelo actual está na sua eficácia, na sua contribuição para a produtividade e as ações são envolvidas por uma racionalidade que na maioria das vezes está a serviço dos agentes hegemónicos e por isso são umas ações pragmáticas e intencionais, às vezes estranhas ao local. Estranhas porque as mudanças espaciais são pensadas e (re) construídas a partir de uma ordem que pode vir de longe e interferir direta ou indiretamente no quotidiano das pessoas.

Neste contexto, a prática social do turismo, é para Cruz (2003), fortemente determinada pela cultura, pois as paisagens, os atrativos etc. que são porções visíveis do espaço geográfico e, por isso, desempenham um importante papel na constituição dos lugares turísticos e no direcionamento dos fluxos, são inventados culturalmente, por conseguinte, modificam-se no espaço-tempo. Para esta autora, toda a análise sobre a participação do turismo na produção do espaço geográfico, ou seja, sobre a criação de

territórios turísticos, deve considerar diferentes fatores tanto locais como globais, concorrendo com intensidade e ritmo temporal e espacialmente diferentes, isto é, deve-se considerar o conjunto de relações em que se desenvolve a actividade, bem como suas dimensões global e local.

ZONA COSTEIRA DE INHAMBANE E A PRODUÇÃO DO ESPAÇO DO TURISMO

A - Localização e características gerais

Inhambane é uma das onze província de Moçambique e localiza-se no Sul do país, ao longo da costa, entre os paralelos 21º e 25º de latitude Sul e entre os meridianos 33º e 36º de longitude Este. A província de Inhambane é subterritorializada em 14 distritos dos quais dois são municipais, isto é, os seus territórios distritais coincidem com os territórios municipais, nomeadamente o distrito de Inhambane, a capital da província, e o distrito da Maxixe.

Da totalidade dos distritos da província, dez estão localizados ao longo dos cerca de 700 quilómetros da sua costa e representam assim a zona costeira de Inhambane conforme a definição do MICOA (2009). No entanto, o Plano Estratégico para o Desenvolvimento do Turismo em Moçambique 2004-2013 (MITUR, 2004), no âmbito da definição das áreas prioritárias para o investimento em turismo (APITs), define como zona costeira de Inhambane, o território costeiro da província que se estende do distrito de Inharrime ao distrito de Massinga, abrangendo deste modo seis dos dez distritos costeiros, nomeadamente de Sul para o Norte, Inharrime, Jangamo, Inhambane, Maxixe, Morrumbene e Massinga.

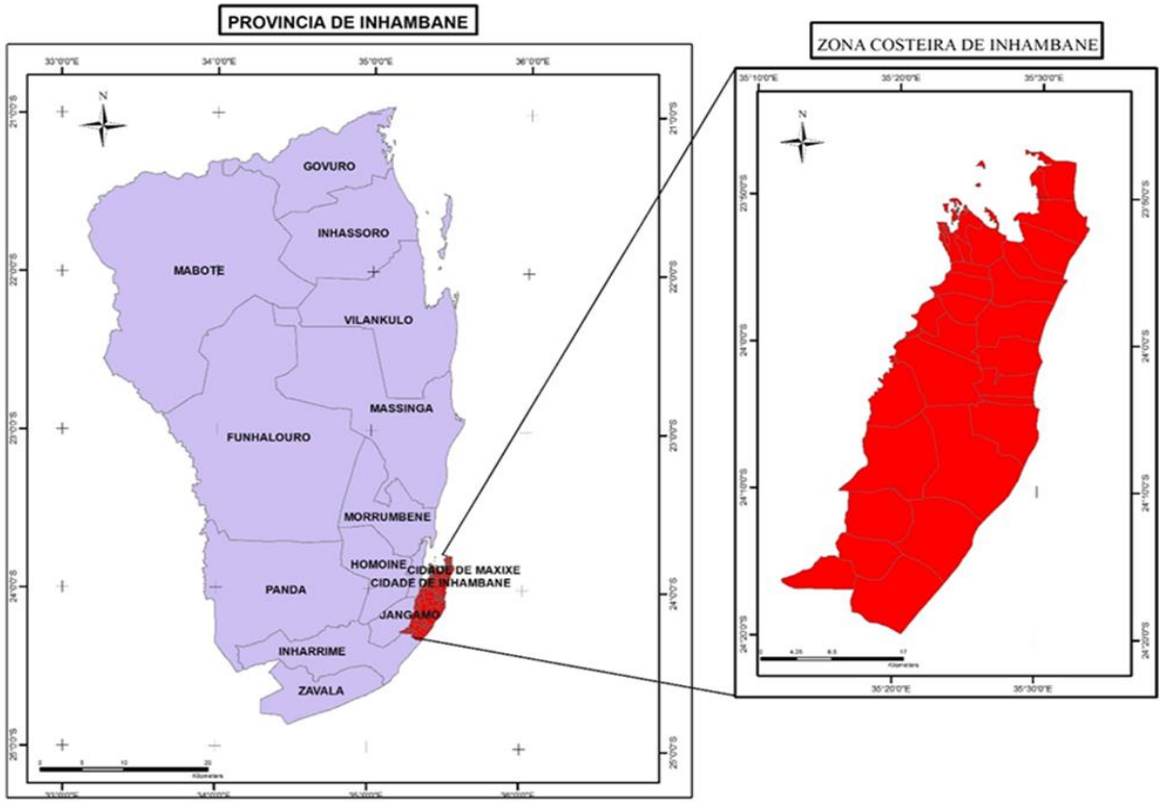
Como se pode notar, a definição da chamada zona costeira em Moçambique é algo subjectivo e problemático, sobretudo se considerarmos as definições apresentadas, pois não indicam claramente a distância em relação a linha da costa, havendo por isso distritos que se estendem por muitos quilómetros a dentro, como são os casos dos distritos de Inharrime, Jangamo, Morrumbene e Massinga, em Inhambane, e mantêm em toda a sua extensão a denominação de zona costeira. Com efeitos, sem contudo pretender resolver a problemática da definição e delimitação da zona costeira, pois esse não é o propósito desta pesquisa, definimos, para efeitos desta, como Zona Costeira de Inhambane (ZCI), a área correspondente ao distrito/município de

Inhambane, capital da província do mesmo nome, e o posto administrativo de Jangamo, no distrito do mesmo nome.

Neste contexto, a Zona Costeira de Inhambane localiza-se na região sudeste da província de Inhambane, ao longo do litoral, entre os paralelos 23º 46' 39" e 24º 16' 50" de latitude Sul e entre os meridianos 35º13' 6" e 35º 33' 25" de longitude Este. Possui duas ilhas ao Norte, na embocadura da baía de Inhambane, nomeadamente a ilha dos Porcos e a dos Ratos.

É limitada a Norte pela baia de Inhambane, a Sul, pelo distrito de Inharrime, a Oeste, pelo posto administrativo de Cumbana, no distrito de Jangamo, pelo município da Maxixe e pela baia de Inhambane, e a Este, pelo oceano Indico, conforme ilustra o mapa a seguir (Figura 1) e possui uma superfície de cerda de 405Km^2.

Figura 1 - Localização da Zona Costeira de Inhambane



Fonte: CENACARTA

Organização e Elaboração: J. Guambe

Possui muito boas condições climáticas para o turismo de sol e praia, nomeadamente um clima tropical húmido, com duas estações, quente e chuvosa, de Outubro à Março, e fresca e seca de Abril a Setembro, com temperaturas médias anuais entre 22 e 24ºC, e somas pluviométricas que variam entre 800 a 1000 mm que ocorre maioritariamente na estação quente e chuvosa, entre os meses de Novembro e Abril. É ainda constituída por solos de origem sedimentar, repartidos da costa para o interior em dois tipos, embora isso não constitua regra permanente, nomeadamente, solos dunares, que se caracterizam por serem arenosos, com alta permeabilidade ou baixa retenção de água e baixa fertilidade, por isso, pobres para a agricultura, ocupando a maior parte do território, e susceptíveis à erosão, e solos arenoso-argilosos, também designados por "machongo", em menor quantidade, localizados nas zonas baixas junto às margens dos rios e das lagoas, mais férteis, com boa capacidade de retenção de água e não susceptíveis à erosão (BOLÉO, 1950), (MUCHANGOS, 1999).

A biodiversidade da ZCI é muito grande e variada, sendo que a vegetal é dominada pela flora cultural que tem no coqueiro e no cajueiro os principais objectos culturais, que para além da sua grande importância económica, constituem-se nos grandes instrumentos de afirmação e apropriação da população, ou seja, do direito consuetudinário de uso e aproveitamento da terra da população local, no quadro histórico de produção do espaço para a vida, isto é, são sobretudo os coqueiros e cajueiros o garante da afirmação do direito da terra, a nível local. Por outro lado a biodiversidade animal também é muito grande e variada nos deferentes ecossistemas, destacando se o marinha como sendo o que muito directamente se relaciona com o turismo aqui desenvolvido.

A fauna marítima constitui um dos grandes atrativos turísticos, daí o mergulho ser uma das suas grandes ofertas turísticas. Ela é muito rica, onde é possível encontrar com frequência mamíferos marinhos, como baleias, das espécies *Megaptera novaeangliae* e a *Balaenaoptera acutorostrata*, golfinhos corcundas das espécies *Sousa chinensis, Roaz corvineire e Tursiops truncatus*, e com menos frequência dugongos, da espécie *Dugon dugon*, e tubarão baleia considerados espécies em extinção. Ademais, também, ocorrem com muita frequência, tartarugas marinhas das espécies *Eretmochelys imbricata, Caretta caretta e Chelonia Midas;* raia manta, e uma grande variedade de

espécies de peixes, sem contar com os recifes de corais dos géneros *Lobophytum e Cladiela* (AZEVEDO, 2014).

Do ponto de vista sócio-demográfico, o tamanho da população da ZCI registada no terceiro censo populacional é de 105.234 habitantes[6], dos quais 48.836 homens e 56.398 mulheres. A população economicamente activa[7] é de 69.1%, estando a maioria, 78.0% em Jangamo, enquanto o município de Inhambane possui 60,2%. A agricultura, silvicultura e Pesca são as principais actividades económicas, ocupando quase dois terços do efectivo total dos habitantes economicamente activos (INE, 2012). Não se nota destaque do turismo, como sector de actividade que absorve parte da população economicamente activa.

Relativamente a escolarização, 30.4% da população da ZCI é analfabeta, ou seja, não sabe ler nem escrever em qualquer língua. Jangamo apresenta as taxas de analfabetismo mais elevadas (40.9%) e as mais baixas, registam-se no município de Inhambane (19.8%).

Ainda segundo a mesma fonte, a maioria da população da ZCI vive em palhotas[8] (46.2%) e casas mistas (34.2%), havendo muito poucas casas convencionais (3.4%). Em conformidade com o IIIº Censo, apenas 16.45% dos agregados familiares utilizam como principal fonte de energia para a iluminação electricidade, sobretudo na cidade de Inhambane, no município do mesmo nome, enquanto a maioria dos agregados familiares (78.35%) da ZCI, principalmente em Jangamo (91.4%), ilumina a base do petróleo. Situação similar verifica-se em relação ao abastecimento de água para beber e a posse ou não de retrete ou latrina.

B - O *boom* do turismo e a coexistência de duas formas de produção do espaço.

[6] Segundo as projecções do INE, em 2016, o município de Inhambane e o distrito de Jangamo têm 79.995 e 111.774 habitantes, respectivamente (População projectada por distrito - Inhambane - 2007-2040)

[7] A população economicamente activa (PEA) é o conjunto de pessoas em idade de trabalhar de ambos os sexos, que constituem a mão-de-obra disponível para a produção de bens e serviços. Por outras palavras, a PEA compreende as pessoas que trabalham (ocupadas) e as que procuram ativamente um trabalho (desocupadas), incluindo aquelas que o fazem pela primeira vez. (INE, 2012:15)

[8] Caraterísticas das habitações: **Palhota** é uma casa cujo material predominante na construção é de origem vegetal; **Casa mista** é uma casa construída com materiais duráveis e materiais de origem; **Casa convencional** é uma unidade habitacional unifamiliar que tenha quarto (s), casa de banho, cozinha dentro de casa, e construída com materiais duráveis; **Casa básica** é uma unidade habitacional que só tem quarto (s) e não tem casa de banho nem cozinha. (INE, 2012)

A terceira fase do desenvolvimento da atividade turística em Moçambique, conforme já foi referido, tem como marco a assinatura do acordo geral de paz em 1992, que ditou o fim da guerra e a abertura do país para uma economia neoliberal. Esta fase é caraterizada pela "invasão" massiva do capital privado estrangeiro, principalmente no investimento e revitalização da economia moçambicana, em particular do turismo, sendo Inhambane um dos principais destinos destes investimentos na área do turismo, sobretudo para o turismo de sol e praia, conforme ilustra a tabela 1, a seguir.

Tabela 1 - Evolução do investimento realizados no turismo em Inhambane

Designação	**2005**	**2010**	**2015**
Investimento (milhões de USD)	96,00	5.772,05	7.479,12
Estabelecimentos	296	491	653
Quartos	1.200	6.500	8.510
Camas	4.300	13.000	16.983
Turistas	23.624	157.520	319.055

Fonte: DPCT de Inhambane

A partir desse momento, a produção do espaço na ZCI passou a ser dominada pela prática social do turismo, caraterizado pela corrida à apropriação das terras costeiras pertencentes à comunidade, principalmente a primeira faixa dunar, para a construção de infraestruturas e prestação de serviços turísticos. Só para ilustrar, no destino tradicional da ZCI, a praia do Tofo, verificou-se o alargamento do espaço turístico para além da área urbanizada, estendendo-se para o Norte em direção à Barra e para Sul, em direção a Tofinho. Conforme Nhantumbo (2007), atualmente estão a surgir novos estabelecimentos turísticos mais para o interior de Tofinho, o que revela em parte o crescimento da atividade turística naquele destino. Por outro lado, foi notório nesta fase, o surgimento e crescimento de novos territórios turísticos como Barra, Tofinho, Rocha, baía dos cocos, Massavana, Guinjata, Paindane e Ligogo, que passaram a integrar o leque de destinos na ZCI.

De acordo com Cruz (2003), a génese dos territórios turísticos está no processo de apropriação dos espaços pela prática social do turismo e na intensificação do uso turístico de uma dada porção do espaço geográfico que leva à introdução,

multiplicação e concentração espacial de objetos cuja função é dada pelo desenvolvimento da atividade, os chamados objetos turísticos. Entre esses objetos, destacam-se os meios de hospedagem, os equipamentos de restauração (infraestruturas relacionadas à alimentação como restaurantes, bares, lanchonetes, etc.) e de prestação de serviços, e a infraestrutura de lazer.

No entanto, apesar desta grande demanda de investimentos para o turismo e de turistas para Inhambane, o nível de vida das comunidades residentes na província de Inhambane em geral e na zona costeira, em particular, onde os investimentos são realizados, é muito baixo, conforme se pode constatar a partir de alguns indicadores sócio-demográficos da província de Inhambane, apresentados na tabela 2, produzida com base nos resultados do segundo e terceiro recenseamentos gerais da população e habitação, realizados em Moçambique, em 1997 e 2007.

Tabela 2: indicadores sócio-demográficos da província de Inhambane.

Indicadores	**1997**	**2007**
População rural (em %)	80,4	77,8
Taxa de mortalidade infantil (em ‰)	118,4	80,4
Esperança de vida (por anos)	46	51,8
Taxa de analfabetismo, total (em %)	54,2	41,3
Taxa de analfabetismo, mulheres (em %)	66,4	52,7
Habitações convencionais e flat/apartamento (em %)		1,4
Habitações com energia elétrica (em %)	1,7	4,9
Habitações com água canalizada, dentro ou fora (quintal) (em %)	3,7	4,9
Habitações com outras fontes de água (fontenária, poço, furo, rio, lago, lagoa, chuva, outra) (em %)	96,3	95,1
População economicamente ativa (15 e mais anos) (em %)		70,6

Fonte: INE, 2012

Como se pode notar, a maior parte da população da província é rural e economicamente ativa, dependendo para a sua sobrevivência de atividades como agricultura, criação de animais, pesca, comércio informal, entre outras. Apesar da

tendente melhoria dos indicadores entre os dois censos, as condições sócio demográficas da província, claramente, ainda não são boas.

A situação das comunidades residentes na província e na ZCI, por conseguinte, contrasta com o turismo aqui desenvolvido, sendo agravada supostamente, por um lado, pela sua fraca inserção na atividade devido a sua não preparação, altos índices de analfabetismo e, por outro, quando consegue a integração por via do emprego, os poucos postos de trabalho disponíbilizados são muitas vezes sazonais e ou de níveis salariais muito baixos.

Relativamente a este aspecto, Nhantumbo (2007), afirma que o sector do turismo ainda carece de pessoal com qualificação e formação na área de turismo e hotelaria. As funções dos trabalhadores dos estabelecimentos turísticos são diversas, nomeadamente, guardas, faixineiros, cozinheiros, serventes, recepcionistas, motoristas, gestores ente outras, havendo casos de trabalhadores "faz tudo", isto é, que desempenham todo tipo de funções ao longo do dia. Segundo o mesmo autor, a maioria dos trabalhadores exercem funções de remuneração baixa, correspondentes ao salário mínimo[9].

Portanto, na Zona Costeira de Inhambane passou a haver uma coexistência entre duas formas de produção do espaço: uma voltada para o consumo de bens e serviços ligados à atividade económica do turismo, isto é, à reprodução do capital, e a outra, de subsistência, historicamente estabelecida e vinculada à reprodução da vida, baseada, principalmente, na agricultura e na exploração de recursos costeiros localizados no mesmo espaço que está sendo progressivamente ocupado pelo turismo, como nova forma de produção de espaço, neste território.

De acordo com Nhantumbo (2007), quase todos os estabelecimentos turísticos existentes na praia da Barra ocupam áreas anteriormente povoadas por coqueiros, ainda presentes, que pertenceram a nativos agricultores e pescadores, observando se deste modo a substituição de pequenas parcelas agrícolas por estabelecimentos turísticos, o que sem dúvida constitui uma mudança no tipo de uso do solo. Esta situação é comum na praia do Tofo e em toda a ZCI.

[9] 4063,00 Meticais, de 1 de Abril de 2018 a 31 de Março de 2019. (https://meusalario.org/mocambique/salario/salario-minimo/)

Relativamente a produção do espaço turístico na praia da barra, segundo as estruturas locais do bairro Conguiana e alguns proprietários das parcelas apropriadas pelos estabelecimentos turísticos, existe neste momento, por exemplo, um grande conflito entre os atuais proprietários do estabelecimento turístico Barra Lodge e quinze famílias proprietárias das parcelas, resultante da falta de cumprimento do acordo firmado entre as famílias e o primeiro proprietário para a cedência da parcela para a construção do estabelecimento.

Debruçando-se sobre esta temática da coexistência no processo da produção do espaço, Coriolano (2006) entende que o turismo contemporâneo caraterizado como uma atividade produtiva moderna, reproduz a organização desigual e combinada dos territórios capitalistas, sendo absorvido de maneiras diferenciadas pelas culturas e modos de produção locais. Para esta autora, ele é, ao mesmo tempo, o lugar das estratégias para o capital e das resistências do quotidiano para os habitantes do lugar. É interessante destacar que o turismo tem-se revelado como uma das mais recentes forças do processo de acumulação capitalista, construindo novas espacialidades quase sempre contraditórias, oriundas das atividades e ações do Estado, das empresas, dos residentes, e dos turistas. Compreender essa dinâmica e sua lógica, significa entender as relações produtivas do espaço em movimento e conflito

C - As lógicas de produção do espaço em atracção e conflito na ZCI

Segundo Cruz (2003), toda a análise sobre a participação do turismo na produção do espaço geográfico, ou seja, sobre a criação de territórios turísticos, deve considerar diferentes factores tanto locais como globais, concorrendo com intensidade e ritmos temporal e espacialmente diferentes, isto é, deve-se considerar o conjunto de relações em que se desenvolve a atividade, bem como suas dimensões global e local.

Partindo do entendimento de que o turismo é um fenómeno socioespacial complexo e dinâmico, resultado da ação de diversos grupos de agentes sociais em determinadas porções do espaço, nomeadamente os turistas, os operadores, o Estado e a comunidade anfitriã, Fratucci (2015), destaca ser essencial a compreensão das lógicas territoriais que cada um desses agentes adota para a satisfação das suas demandas e expetativas, para um melhor entendimento do que é um território turístico.

No entanto, o mesmo autor afirma haver no seu entender um uso equivocado das categorias de espaço e territórios nos estudos e pesquisas sobre o turismo. Para ele, de um modo geral, predomina na literatura sobre o turismo, o uso da terminologia "espaço turístico" ou "espaço do turismo" para designar as porções do espaço apropriadas para o turismo. No seu entendimento, o espaço apropriado pelos agentes sociais do turismo conforma o território do turismo.

Corroborando com essa visão dos processos de produção dos espaços do turismo, entendemos ser pertinente a inclusão dos agentes sociais produtores do turismo nas pesquisas sobre os processos de territorialização do espaço, pois, segundo Cruz (2003) e Fratucci (2015), é necessário olhar para a lógica de apropriação do espaço que cada um daqueles agentes sociais utiliza para produzir os seus territórios específicos

Assim, o turista, principal agente provocador dos processos de apropriação do espaço para o turismo, age segundo uma lógica bastante específica, destinada a atender às suas necessidades e demandas no tempo de lazer e de ócio. Diante do processo de flexibilização tanto do capital como do trabalho, o turista contemporâneo tende a fragmentar suas férias e a optar por viagens mais curtas, porém mais constantes. É neste âmbito que devido a relativa curta distância entre a ZCI e a África do Sul e a facilidade de acesso rodoviário, este território turístico é muito procurados por turistas Sul-africanos, para além dos moçambicanos provenientes de Maputo, constituindo se por conseguinte num dos principais destinos turísticos destas origens. Sob mesmo assunto, Nhantumbo (2007) afirma, que os turistas Sul-africanos são mais frequentes nos territórios turísticos do município de Inhambane devido a distância relativamente curta da África do Sul para Inhambane, sendo por isso facilmente acessível num período curto de uma semana que duram as férias da Páscoa.

Por outro lado, os agentes do mercado ou operadores turísticos apropriam-se dos espaços para desenvolverem suas atividades turísticas de uma maneira previamente direcionada (destinos turísticos inventados) ou a partir da incorporação dos destinos turísticos "descobertos" pelos turistas. Em ambos os casos, observa se certo descompromisso dos empresários com o espaço e sua territorialização quase sempre reticular, a partir da estruturação das suas redes comerciais, de serviços e de interesses. Segundo Fratucci (2015), a lógica desses agentes é a do capital e da lucratividade e, apesar de sua lógica em escala micro ser aparentemente zonal, uma vez que têm que se

localizarem em um ponto específico, suas relações são, quase sempre, verticalizadas atingindo a todo o mercado turístico possível dentro da sua capacidade de atuação.

No caso concreto da ZCI, a apropriação do espaço é feita na base da compra ou aluguer de terrenos sob promessas de emprego para as comunidades, a partir da negociação directa com membros da comunidade, proprietários das terras e posterior envolvimento das estruturas locais, os secretários dos bairros e o líderes comunitários, e mais tarde a legalização junto das entidades competentes, o conselho municipal ou a administração do distrito. Segundo os agentes de mercado entrevistados, nos primeiros anos da terceira fase do desenvolvimento do turismo, estes processos de apropriação em muitos casos resultavam em muitos mais conflitos do que atualmente, porque não envolviam as estruturaras competentes, para proceder com a devida legalização do processo. Este ponto de vista é corroborado pelo funcionário do Conselho Municipal de Inhambane entrevistado, ao afirmar que a intervenção do município no processo de concessão de espaços para diversos usos, incluindo o turismo, é regra geral para a legalização, depois de um prévio acordo entre o dono das benfeitorias e o interessado.

O outro agente do processo de produção do espaço de uso turístico é Estado, com uma atuação quase sempre discreta e retardada em relação aos turistas e ao mercado. Através das suas distintas instâncias de governo (nacional, provincial e distrital ou municipal), procura coordenar suas ações e políticas a partir de uma lógica zonal de ordenamento de todo o território sob a sua jurisdição. Entretanto, na atualidade a força do capital financeiro ao cooptar os governos tem levado a que esses atuem sob uma lógica mais reticular, privilegiando suas ações para pontos específicos dos seus territórios, conforme o interesse do mercado, o que Cruz (2003), chama de subserviência do Estado. Nestes casos, conforme Fratucci (2008), a contradição é evidente, o duelo entre o interesse público e o interesse privado é constante e regula as ações desse agente social que, a princípio, deveria assumir a regulação de todos os processos de apropriação do espaço para o turismo.

Por fim, os outros agentes sociais, não menos importantes, envolvidos pelos processos de produção do espaço, são a população residente dos destinos turísticos e trabalhadores diretos e indiretos do setor. Estes apresentam lógicas mais zonais de apropriação de espaços, pois o fazem a partir de suas lógicas de vida e de busca de trabalho e renda. A lógica de vida liga-se à lógica do lugar e, portanto, compõem os

territórios do quotidiano, quase sempre contínuos e bem definidos pelas suas relações sociais mais intensas. A promessa ou a expectativa de obtenção de emprego, pela via da cedência dos terrenos aos agentes dos mercados tem sido o ponto fraco e de atração nas relações entre as populações locais e os agentes do mercado. Contudo, nem sempre estas expetativas são correspondidas.

Segundo Fratucci (2015), essa lógica pode ser rompida parcialmente quando a necessidade de busca de trabalho leva os agentes sociais a "escaparem" dos seus lugares de vida. Dessa forma, acabam também assumindo uma lógica reticular de apropriação do seu espaço, por conta de terem de buscar emprego onde eles são oferecidos e não, onde eles vivem.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A terceira fase do desenvolvimento da atividade turística em Moçambique foi marcada pelo fim da guerra dos dezasseis anos e a abertura do país para a economia neoliberal. Neste período, a produção do espaço na Zona Costeira de Inhambane passou a ser dominado pela lógica do capital e lucro que avançou na territorialização de quase toda a faixa costeira através de investimentos direcionados a apropriação do espaço produzido pela lógica da vida, a favor da prática social do turismo.

Esta desterritorialização das comunidades locais, proprietárias das terras cobiçadas pelo turismo, foi em parte facilitada pela sua fraca capacidade de negociação, motivada pelo analfabetismo e pela ignorância dos processos relativos aos direitos de uso e aproveitamento da terra, e sobretudo, a pobreza. É em parte a lógica da sobrevivência que está na génese da territorialização da ZCI pelo turismo e na desterritorialização da comunidade.

O processo da produção do espaço de uso turístico na ZCI decorre da apropriação do espaço produzido pela lógica de vida quotidiana para a criação de territórios específicos para atender o desenvolvimento da atividade turística através o processo dialético de desterritorialização. Este conceito refere-se aos processos de perda de território derivados da dinâmica territorial e/ou conflitos de poder (FRATUCI, 2015).

Esta dinâmica territorial é por um lado desejada pelas comunidades e pelo Estado devido as possibilidades reais e aparentes de emprego e de receitas, mas por outro lado, é apontada como a causa dos conflitos intersociais decorrentes da perda da

posse da terra e das benfeitorias, bem como a limitação de acesso a determinados recursos em alguns lugares. É também descrita como a causa de conflitos intrassociais ligados a contradições no seio familiar ou comunitário, relacionadas com a delimitação das parcelas e a subserviência do estado.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ALVES, Maria Lúcia Bastos**:** Reflexões Sobre a Pesquisa Qualitativa Aplicada ao Turismo. **Turismo em análise**, Brasil. Vol. 22, n.3, p. 599 – 613. Dezembro 2011

AZEVEDO, H: A Segurança em Territórios Turísticos: O Caso do Município de Inhambane em Moçambique. Goiânia. Universidade Federal De Goiás: Instituto De Estudos Socioambientais, 2014. 271p. Tese (Doutorado em Geografia).

BOLÉO, José de Oliveira: **Geografia Física de Moçambique, Esboço geográfico**. Lisboa, 1950.

CORIOLANO, Luzia Neide M.T. Turismo: Prática social de apropria e de dominação de territórios. In: LEMOS, Amália I. G.; ARROYO, Mónica e SILVEIRA, Maria L. (Org.): **América Latina:** Cidade, Campo e Turismo**.** São Paulo: Clacso, 2006. p. 367-378.

COSTA, Maria; RIBEIRO, Willame e TAVARES, Maria: O Turismo Enquanto Espaço De Análise Geográfica: três perspectivas de abordagem. Mercator - **Revista de Geografia da UFC**, ano 03, número 06, p. 33 – 42. 2004.

CRUZ, Rita: **Introdução à Geografia do Turismo**. São Paulo: Roca, 2003.

CRUZ, Rita. Turismo, produção do espaço e desenvolvimento desigual: para pensar a realidade brasileira. In: Barthole, Roberto et al. (Org). **Turismo de base comunitária.** Diversidade de olhares e experiencias brasileiras. UFRJ: Letras e imagem, 2009. p 92-107.

FRATUCCI, Aguinaldo. A dimensão espacial nas políticas públicas brasileiras de turismo: as possibilidades das redes regionais de turismo. Niterói-RJ: Universidade Federal Fluminense. 2008. 308p. Tese (Doutorado em Geografia).

FRATUCCI, Aguinaldo, et al: **Espaços e territórios do turismo: eflexões e indagações**. In. XII Seminário da Associação Nacional de Pesquisa e Pós-Graduação em Turismo. 2015. Disponível em http://www.anptur.org.br/anptur/anais/v.11/DFP1_pdf/46.pdf . Acesso em 26/10/16

GUAMBE, José J.J. **Contribuição do turismo no desenvolvimento local em Moçambique:** Caso da Zona Costeira de Inhambane. Maputo: CEP-UEM, 2007.

INE: **III Recenseamento Geral Da População e Habitação 2007:** indicadores sócio-demográficos distritais - província de Inhambane. Maputo, 2012.

MITUR. **Plano Estratégico para o Desenvolvimento do Turismo em Moçambique 2004-2013.** Maputo, 2004.

MOSCA, João: **Economia de Moçambique, Século XX**. Lisboa: Instituto Piaget, 2005.

MUCHANGOS, Aniceto dos. **Moçambique:** Paisagens e regiões naturais. Moçambique.1999.

NHANTUMBO, Emídio S. **Tendências de desenvolvimento do turismo e alterações na ocupação e utilização do espaço no MI.** Inhambane: UEM, 2007.

MICOA. Centro de Desenvolvimento Sustentável para Zonas Costeiras. Programa de Investigação Aplicada para o Ambiente Marinho e Costeiro nas Províncias de Gaza e Inhambane No período Anos 2009 a 2012, CDS Zonas Costeiras, 2009

SANTOS, Milton. **A natureza do espaço:** Técnica e tempo. Razão e emoção. Brasil: USP, 2008.

SCHMID, Christian. A teoria de produção de espaço de Henri Lefebvre. **Geousp.** São Paulo. Nº 32. p. 89 – 109. 2012

VEAL, A. J. **Metodologia de pesquisa em lazer e turismo**. São Paulo: Aleph, 2011.

WageIndicator 2018 - Meusalario.org/Moçambique. Disponível em: https://meusalario.org/mocambique/salario/salario-minimo/. Acesso em:14 jun. 2018.

Recebido para publicação em setembro de 2018

Aceito para publicação em julho de 2019